



## MUSEUS LOCAIS: conservação e produção da memória coletiva

LOCAL MUSEUMS: preservation and production of collective memory

Joana Ganilho Marques

Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa

**Resumo:** Este artigo parte de uma abordagem geral aos temas da identidade e da memória articulando-os com a realidade de dois museus. Pretende-se abordar questões-chave como o papel destas instituições na manutenção e produção da memória coletiva, o impacto do património na construção da identidade ou a importância do poder local e sociedade civil na preservação das memórias locais.

**Palavras-chave:** Museus. Identidade. Memória. Comunidade. Património.

**Abstract:** This article is an overview to the topics of identity and memory, connecting it to two case-studies of two museums. We'll discuss subjects such as the role these institutions play upon preservation and production of collective memory, the impact of heritage in the building up of identity and the weight of local and civil society in preserving local memories.

**Keywords:** Museums. Identity. Memory. Community. Heritage.

### INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma parte da investigação realizada no âmbito da dissertação de mestrado intitulada “Discursos dos Museus: uma perspetiva transdisciplinar”, apresentada em 2012 na Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa. A metodologia adotada será o estudo de caso, apresentando duas instituições: o Museu do Trabalho Michel Giacometti (MTMG), em Setúbal; e o Museu Marítimo de Ílhavo (MMI), no concelho de Aveiro. A escolha destes dois museus deve-se ao facto de serem ambos museus locais, de tutela municipal, e por apresentarem uma relação com as memórias das comunidades nas quais estão inseridos, (re)criando ou (re)encenando laços identitários.

Num mundo globalizado, onde as identidades não-territoriais ganham cada vez mais força, dissociando a natureza identitária das localidades e dos quadros tradicionais de nação e etnia ou classe e parentesco, há uma ameaça real aos conceitos nacionais e locais de identidade; os museus desempenham um papel cultural essencial para a manutenção de memórias e identidades.

A natureza do património é atualmente social e identitária, destinada a ligar o indivíduo à comunidade através de traços culturais que reconheça e é, por isso, utilizada para reforçar laços locais: a busca identitária e memorial é uma das atividades fundamentais das sociedades contemporâneas. A memória transformou-se num dos objetos da sociedade de consumo mais vendáveis, potenciada

também pelo medo generalizado da amnésia coletiva. Assim, criou-se uma retórica do património que se apresenta como um avatar do paternalismo estatal e que assegura o monopólio da memória, reduzindo-a a uma memória inscrita, conservada, autorizada.

Mas como se fixa a identidade numa comunidade? Qual o papel dos museus para este efeito? Como interagem hoje museus e comunidades? Qual o papel dos museus locais relativamente às memórias locais? Quais são os mecanismos através dos quais os museus ressignificam essas memórias? Será o museu um novo produtor de identidades?

Este artigo parte de uma abordagem geral aos temas da identidade, memória e património articulando-os com questões-chave, como o papel que os objetos desempenham na produção e manutenção da memória coletiva, a importância do poder local nas memórias locais e a relação entre história-memória e património.

Recorrendo ao estudo dos dois museus já referidos, o MMI e o MTMG, procuramos evidenciar a forma como são tratadas e trabalhadas as heranças coletivas, assim como as práticas e tradições já extintas, no sentido de serem transformadas em memórias coletivas e em símbolos identitários locais. Pretendemos ainda extrair e apresentar conclusões sobre a importância deste discurso nos museus que se assumem como guardiões de identidades e memórias locais e do papel dos mesmos face à comunidade onde estão inseridos.

## 1. IDENTIDADE, MEMÓRIA E PATRIMÓNIO

Identidade e Memória são temáticas frequentemente associadas ao museu. Estes conceitos, assim como o de património subjacente ao museu, apresentam-se como sistemas de representação e significação coletivamente construídos, partilhados e reproduzidos — são, segundo Geertz (1973), constructos sociais. Os museus são, por sua vez, instituições sociais complexas que ocupam um lugar fundamental no circuito cultural e na mediação entre cultura e sociedade. Estes espaços culturais criam novos sentidos e (re)definem a realidade, pelo que são considerados práticas de significação. É nessa condição que se revelam instituições essenciais na conservação e produção de identidades e memórias coletivas.

A identidade é um processo de identificações historicamente apropriadas que conferem sentido a um grupo (Cruz, 1993). Este dá-se dentro do processo de socialização, ou seja, na interação quotidiana e nas trocas reais e simbólicas entre indivíduos, de onde emergem sentidos de pertença a partir da perceção da diferença e da semelhança entre o 'nós' e o 'outro' (RODRIGUES, 2012).

A sociedade, enquanto grupo, constrói e reproduz a sua identificação através da relação que estabelece com o seu passado (histórico, religioso, mitológico), vinculada pelos objetos que o representam. Estes objetos são simbolicamente apropriados pela sua capacidade de (re)memorar acontecimentos e convocar o passado, razão pela qual são conservados e protegidos de forma a perpetuar a sua existência no tempo. A estes objetos damos o nome de património. É a partir do



património, mas também dos costumes e tradições, que formamos uma identidade cultural.

Para as nações, a cultura é o seu meio de expressão: é um sinal distintivo das suas particularidades. Os museus, devido à sua natureza simbólica e também à natureza dos seus conteúdos, foram apropriados como expressões nacionais ou locais de identidade, e da ideia de ter uma História própria — o equivalente à memória pessoal mas na forma coletiva. O património contido nos museus foi durante muito tempo entendido como estritamente factual e desempenhou desde sempre papéis específicos na produção da identidade nacional; podemos dividi-lo em:

- Artefactos nacionais, ligados à reconstrução da história nacional;
- Objetos provenientes de outras culturas (sobretudo de colónias) ligados à transmissão de um poder conferido pela expansão: a colocação do país numa escala global;
- Os revivalismos, que remetiam simultaneamente para a antiguidade e para a continuidade através do tempo;
- Objetos rurais ou regionais ligados à memória local, à origem e à conservação das tradições.

Na nossa sociedade, dinâmica e em constante mudança, ao invés de representar “a” identidade, os museus tendem a refletir sobre a sociedade a partir da comunidade onde se inserem, a partir das suas especificidades, assumindo-se não só enquanto discursos da e para a maioria, mas trazendo a si vozes minoritárias e por vezes marginalizadas mas que aproximam o museus dessa mesma comunidade. Mas como é que se fixa essa identidade numa comunidade? Pela inscrição de objetos e ideias na memória coletiva. É através da memória coletiva que a identidade e as instituições que a veiculam se poderão formar e agir.

A memória, além da sua função individualizada, tem também uma função social. Jan Assman (1988:126) define memória cultural — ou seja, a parte cultural da memória coletiva, por oposição à parte biológica da mesma — como “a collective concept for all knowledge that directs behavior and experience in the interactive framework of a society”. É, como nos diz Halbwachs (1992), em sociedade que as pessoas adquirem, reconhecem e localizam as suas memórias. No entanto, esta função social da memória só poderá existir a partir de liturgias próprias e o seu conteúdo é indissociável dos seus campos de:

- Objetivação, em que constam linguagens e imagens, textos, artefactos culturais, monumentos, lugares, ritos — aquilo que Assman (1988) denomina por ‘cultural formation’;
- Transmissão, ou seja, das instituições que os comunicam e que Ramos (2003) denomina por ‘instituições da memória’.

É no primeiro campo que uma experiência coletiva cristalizada, cujo significado seja redescoberto, pode ficar de novo culturalmente acessível por centenas de anos — é esse o poder da objetivação cultural na estabilização e na própria estrutura da memória cultural (Assman). No entanto, não há memória coletiva sem suportes de memória ritualisticamente compartilhada, pelo que as ‘instituições da memória’ são essenciais para a construção de sentimentos de pertença. A memória coletiva está na base da construção da identidade uma vez que essa identidade reflete o investimento que um grupo ou comunidade faz na memória coletiva (HALBWACHS, 1992). A memória reforça sentidos de pertença identitária, auxiliando na coesão do grupo ou comunidade, contribuindo para a sua continuidade no tempo.

Ora os museus contêm em si ambos os campos de objetivação e transmissão que mencionamos anteriormente, dado que veiculam questões patrimoniais e são em si mesmos ‘instituições da memória’. Assim, estas instituições desempenham um papel crucial no processo social de recordar.

Halbwachs defende que o património é frequentemente usado como forma da memória coletiva (ASSMAN, 1988). Os seus conteúdos, interpretação e representação são selecionados de acordo com e respondem às exigências do presente (ASHWORTH; GRAHAM; TUNBRIDGE, 2007); por isso, estão sempre abertos a constantes revisões e alterações, sendo simultaneamente origem e resultado do conflito social. O próprio passado é infinitamente reconstruído no e pelo presente: “All representations of the past involve remaking in and through the present”, (TOTA, 2003, 1, cit. Urry).

O património fala menos sobre artefactos ou outras formas intangíveis de passado do que sobre os significados que lhes foram atribuídos e das representações criadas a partir deles. Assim, a validade do património é sempre determinada pelo contexto e as suas interpretações podem variar no tempo e no espaço. Mais do que os aspetos financeiros ou culturais, é o significado que atribui valor ao património e explica porque é que determinados artefactos, tradições ou memórias foram selecionados de entre uma infinidade de situações que representam o passado. Estes significados regulam e organizam a nossa conduta e as nossas práticas reforçando determinadas regras, normas e convenções. Assim, memória e poder estão ligados a partir do que se recorda e do que se esquece. No museu, que é uma das instituições que vincula esta seleção, “conservar é uma função do esquecimento” (CARNEIRO, 2004, apud Déotte).

Os museus através dos seus mecanismos próprios pensam, elaboram e influenciam largamente as construções de representações sociais. Quando aplicadas à memória, estas instituições tornam-se máquinas capazes não apenas de selecionar e produzir informação, mas de criar visões do mundo. Os museus são assim instituições da memória, mas inserem-se simultaneamente no domínio das práticas de significação.

Todas as culturas têm os seus documentos que ancoram e afirmam a sua memória e se erguem como indicadores identitários. No entanto, a visão do



património de uma determinada sociedade reflete inevitavelmente a visão política, social, religiosa e étnica dos grupos dominantes — ou seja, nas palavras de Smith (2006) o discurso patrimonial autorizado. A relação entre património e memória é essencialmente simbólica: é um meio para prolongar a existência social.

Numa sociedade constantemente modificada pelos fluxos migratórios resultantes da globalização e pelas novas tecnologias criadoras de identidades não territoriais, as identidades centradas, singulares, estão a ser substituídas por identidades baseadas na mistura cultural e nas trocas interculturais (GIDDENS, 2002). Dado que o próprio processo identitário parece estar a mudar, tornando-se mais imediato e, como tal, mais volátil, assistimos conseqüentemente a um crescente desenraizamento da sociedade. Os indivíduos estão privados das suas raízes, cada vez mais descontextualizados e “(...) é difícil não relacionar esta descontextualização existencial dos cidadãos modernos com a sua paixão pelo reenraizamento num passado que lhe pertence, quer dizer, patrimonial” (Carneiro, 2004, 66). O interesse emergente pelo passado surge da necessidade de reconstruir a História que é hoje fragmentada. No entanto, segundo Guillaume (CARNEIRO, 2004), não é a valorização do passado que produz a conservação mas antes a conservação que ressignifica o passado e lhe atribui um novo valor de operador social.

O processo de produzir significados culturais é o mesmo através do qual um objeto externo (um museu, um monumento, um memorial) pode interferir e intervir na reconstrução do passado (TOTA, 2003). É esta a razão pela qual as políticas patrimoniais têm tanta influência no sentido de pertença das comunidades onde são implementadas. O património fala do Homem e da sua história, ajuda a construir memórias, a reforçar uma inscrição num tempo longo e a estabelecer elos identitários, revelando simultaneamente a própria alteridade que o tempo produz; por outro lado, a sua relação com a sua temporalidade remete-o para uma relação de pertença, com raízes no território, e para a construção de um discurso identitário. Assim, a política do património é eficaz e mobiliza grupos sociais cada vez mais ameaçados pela perda de memória e identidade.

A retórica do património apresenta-se como um avatar — muito mais subtil — do paternalismo estatal, ajudando a definir o ideal e a ideologia do Estado moderno: assegurar o monopólio de memória e reduzir a memória de tudo à memória inscrita, conservada, autorizada. A produção do passado tornou-se uma atividade essencial dos Estados modernos: não há nenhuma nação que não tenha os seus monumentos-emblema prolongando o simbolismo de bandeiras, hinos, festas populares. (CARNEIRO, 2004, 73).

Esses ‘monumentos-emblema’ possuem dois tipos de valor: a) comemorativo, ligado ao passado e que intervém na memória coletiva — estamos no domínio do significado; b) de antiguidade, representando as marcas e valor de outro tempo na contemporaneidade, pertencendo, por isso, ao presente — estamos no

domínio da História. É no primeiro tipo de valor que a ordem política procurou uma legitimidade nova ou suplementar; a folclorização e a patrimonialização das culturas populares surgiram neste contexto com o objetivo de criar identificação entre o Estado e a nação.

Apesar do entusiasmo em torno do património, resultante da procura desenfreada de elos identitários e da transformação da memória no bem de consumo de maior sucesso na nossa sociedade, as políticas culturais no geral têm vindo a perder as suas formas comunitárias. Tem-se vindo, igualmente, a perder a parceria com a sociedade civil e tanto património como museus têm sido integrados em projetos globais de desenvolvimento local, onde a cultura local é tida como um recurso na sua implementação, a favor da projeção do local numa ideia imaginada de nação. O museu ou o monumento são assim, como o hospital ou a universidade, um símbolo de modernização no sistema de competitividade intra e inter regional.

Como reação a estas políticas, surgem comunidades civis independentes que assumem o papel de plataforma para a construção e transmissão de memórias coletivas. São as chamadas *communities of memory* (CARNEIRO, 2004 cit Vera Zolberg) que asseguram a perpetuação na memória coletiva de acontecimentos relativamente recentes (acontecimentos locais ou globais específicos) ou assumem a missão de não deixar esquecer memórias outrora mantidas por instituições através atividades culturais, celebrações ou constituição de associações que envolvam a comunidade. Quanto mais ativas e mais numerosas são estas comunidades, mais inscritos na memória da comunidade ficam os eventos que representam.

Há até, por vezes, uma sobreposição destas comunidades com o poder local, desempenhando assim as juntas de freguesia ou câmaras municipais este papel na medida em que a sua ação pretende mais do que apenas conservar e divulgar um acontecimento ou património: pretende precisamente assegurar a preservação da sua memória na comunidade. Este caso acontece especialmente quando os acontecimentos ou patrimónios têm relevância histórico-social ao nível local, podendo ser considerados como (auto)representativos da própria comunidade.

## 1. ESTUDO DE CASO

O MMI é um museu municipal, fundado em 1937 pelo e para o povo de Ílhavo. Os seus principais objetivos são a preservação e testemunho da ligação dos ílhavos ao mar e à ria de Aveiro, assim como a preservação da memória ligada à pesca do bacalhau. O Museu funciona desde 2001 num edifício da autoria dos arquitetos Nuno e José Mateus. O seu vasto acervo é fundamentalmente oriundo de doações e está organizado em três coleções que constituem as três exposições permanentes do museu, abarcando temporalmente o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. A coleção da pesca do bacalhau é composta várias embarcações (entre as quais um bacalhoeiro cortado a meia água, dórís e baleiras), instrumentos de navegação, ferramentas e moldes de construção naval



e outros objetos documentais referentes a esta atividade. A coleção de etnografia da Ria de Aveiro apresenta várias embarcações típicas em tamanho real (moli-ceiro, mercantel, várias bateiras, uma embarcação de recreio — o Vouga), assim como vários objetos relativos às atividades da Ria. A coleção de Arte é constituída por pintura e desenho referente à temática da Ria de Aveiro e das suas fainas agromarítimas; algumas peças de escultura; uma secção de cerâmica composta por exemplares de porcelana da fábrica Vista Alegre; alguma azulejaria e faiança local na secção de artes decorativas; e ainda a maior coleção de malacologia do país. O museu tem ainda dois polos: o Navio-museu de Santo André, um antigo barco de pesca de bacalhau que foi transformado em bem cultural e é agora visitável num dos braços da Ria e Aveiro; e o recém-inaugurado Aquário dos Bacalhaus, instalado num edifício comunicante com o edifício principal do MMI.

O Museu do Trabalho Michel Giacometti é um museu municipal, inaugurado em 1995 e situado em Setúbal. O seu nome é uma homenagem ao homem que compôs a coleção que hoje integra o espólio do sector primário do museu. Os objetivos deste museu são o estudo, preservação e divulgação de técnicas e conhecimentos relacionados com o mundo do trabalho na história humana, nomeadamente com os ofícios tradicionais do mundo rural, marítimo, piscatório e da indústria conserveira. Simultaneamente, no Centro de Documentação, o museu recolhe, inventaria, conserva e divulga o património local material e imaterial relativo a estas atividades. O MTMG funciona no antigo edifício da fábrica de Conservas Alimentícias de M. Perienes Lda, adquirido pela Câmara Municipal de Setúbal em 1991. O edifício conserva a sua estrutura intacta, estando as exposições e serviços instalados nas diferentes zonas da própria fábrica. O seu acervo é composto por três núcleos, que representam diferentes sectores do mundo do trabalho: coleção Michel Giacometti, que está presente no museu através da exposição permanente “Ao Encontro do Povo” e é composta por objetos relativos às atividades agrícolas, piscatória e ofícios vários, assim como recolha documental de literatura e saberes populares; património relativo à indústria conserveira, dividido entre património móvel (objetos presentes na recriação da cadeia operatória) e património imóvel (edifício do museu) que compõem a exposição permanente “Da Lota à Lata”; e a mercearia Liberdade, composta pelo recheio da mercearia com o mesmo nome que funcionava na Avenida da Liberdade e foi doada ao museu. O Museu do Trabalho dispõe de dois outros polos: o Polo da Belavista, onde se encontra a Reserva Técnica; e o Polo Oficina CAO1/APPACDM, uma parceria com a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental, onde se encontra a exposição permanente “Nós Trabalhamos com as Máquinas” que reconstitui a cadeia de fabrico de pequenos acessórios metálicos.

As duas comunidades onde estão integrados o MMI e o MTMG, Ílhavo (Aveiro) e Setúbal, sendo geograficamente distantes e tendo, hoje em dia, atividades muito distintas, assim como diferentes densidades populacionais, têm em comum vários aspetos da sua História. Ambas foram, em tempos, localidades

piscatórias; ambas produziam sal; ambas mantinham com o mar uma relação de proximidade e dependiam deste para o seu sustento; ambas mantinham contactos internacionais no desenvolvimento das suas principais atividades (Aveiro com a Gronelândia, onde se desenvolvia a pesca do bacalhau, e Setúbal sobretudo com França, para onde exportava essencialmente conservas); e ambas tiveram um grande desenvolvimento durante a primeira metade do século XX.

Apesar da diferença de tempo de existência do MMI e do MTMG, e da dispersão temporal das atividades representadas no museu, estes têm em comum um fator temporal: ambos remetem para memórias de práticas já em desuso, quando não extintas, cuja cessação aconteceu por volta da mesma altura. A sua história partilha o mesmo tempo de auge e declínio das principais atividades das suas comunidades.

Cada museu imortalizou as atividades, hoje tradicionalizadas, que mais impacto tiveram no desenvolvimento das suas comunidades: a pesca do bacalhau em Ílhavo e a indústria conserveira em Setúbal, apesar da presença minoritária de outras atividades, relacionando-a com as memórias da sua prática local. Celebrando memórias locais, ambos os museus se relacionam com outras memórias que transcendem hoje o espaço da sua comunidade, integrando-as num conceito mais alargado de identidade: a pesca do bacalhau, considerada um marco nacional sobretudo a partir do Estado Novo; e a relação entre indústria conserveira e “trabalho”, um conceito e prática global, estabelecido sobretudo através da coleção que herdou e a partir da qual foi possível construir o museu.

A criação destas duas instituições das memórias locais resultou de situações muito distintas: o MMI surgiu da vontade comum de vários cidadãos construir um monumento à sua terra; o MTMG foi criado pela Câmara Municipal de Setúbal, que no desenvolvimento da sua política cultural deu importância a esta herança. De um lado temos uma força civil que se mobiliza para salvaguardar uma história, uma herança e as práticas da sua comunidade; do outro temos um poder local que, no exercício das suas funções culturais e, despoletado pela existência de uma grande coleção com a necessidade de ser exposta, decide criar um monumento de cariz identitário e memorial. Hoje, apesar de ambos os museus serem municipais, a sua gestão, dinamização e a sua razão de existir tornam-se essencialmente distintas pelo papel que cada um desempenha na sua comunidade.

O MMI é hoje um museu muito visitado, sobretudo pelas escolas dos concelhos adjacentes a Ílhavo e pelos muitos emigrantes que visitam a sua terra natal; a arquitetura do museu é, também por sua vez, uma fonte de públicos transversais. É um museu que mantém relações com várias comunidades, mas sobretudo comunidades exteriores à sua. Excetuando o público escolar, que acaba por ser a grande aposta do museu, não há interação com a comunidade local, com as pessoas que preservam ainda nas suas memórias a vida que pertence agora ao tempo dos museus. Este é um museu virado sobretudo para fora, que se mantém como “casa de lembranças” ou monumento comemorativo de uma História que é apresentada mas não vivenciada, mas que estabelece ainda



o lugar das coisas neste antigo mundo já extinto. Quem mantém o museu não é a comunidade, ainda que se orgulhe do museu que construiu em tempos e que perdura, mas sim o poder local que espera criar, a partir destas afinidades, alguma coesão social a partir de um passado comum. O museu é, neste contexto, um sinal de desenvolvimento regional e urbano e de modernidade reconhecido sobretudo por comunidades exteriores, mais do que um verdadeiro serviço do qual a comunidade local usufrui.

Por outro lado, o MTMG está inserido numa das regiões mais desfavorecidas do país, onde os graus de escolaridade e literacia são inferiores, dificultando o trabalho com alguns públicos. A acrescentar a estes fatores há uma percentagem elevada de imigrantes, sobretudo de baixa condição social, o que contribui para a fragmentação social; este é também um público culturalmente mais difícil de atingir. O volume de visitantes é baixo, no entanto, e contrariamente ao MMI, é um museu que trabalha com a comunidade, por exemplo, a partir das “Tardes Interculturais”, programa onde o museu procura estabelecer novas relações com novas identidades, procurando incluir esse novo e difícil público no museu. O seu público-alvo, além do público escolar que é transversal a todos os museus, é também a terceira idade, precisamente aquela que mais e melhor pode contribuir para dinamização e valorização do museu pela experiência direta e real que manteve com as temáticas que este evoca e celebra. Além disso, a parceria com a APPACDM desenvolvida no polo da Oficina CAO/APPACDM é provavelmente a maior prova de serviço útil à comunidade através da valorização que se faz do património local, mas sobretudo da luta contra a discriminação e do esforço real para a inclusão social. Este trabalho está, socialmente, no centro do museu e esta comunidade funciona no seu seio de forma análoga às comunidades da memória: trata-se de uma comunidade civil verdadeiramente empenhada não só em manter a tradição e a memória vivas, como especialmente o próprio museu pela ação e impacto que tem nesta comunidade local.

O MMI e o MTMG são duas instituições semelhantes que produzem visões do mundo totalmente diferentes; integram também papéis diferentes nos seios das suas comunidades. O discurso dispositivo, a acrescentar aos outros argumentos já expostos, é também um sinal disso. No MMI a ênfase é dada sobretudo à História e à reconstrução dos seus factos — a abordagem é focada na funcionalidade e na contextualização; trata-se de mostrar a reconstrução de uma época naquilo que ela teve de melhor. Contrariamente, no MTMG todo o discurso expositivo é formado a partir dos conceitos de diferença e democracia: são abordados temas como a pobreza, a ausência de condições laborais ou a discriminação de género. Este é um discurso essencialmente social, em contraste com o discurso essencialmente histórico do MMI.

No entanto, estes museus apresentam semelhanças discursivas: produzem uma ideia idealizada e homogeneizada de povo, de acordo com as visões que criaram do mundo; criam e exploram narrativas da e para a memória coletiva; encenam o seu espólio para produzirem essas narrativas e essa ação tem impacto

real na construção da identidade cultural da localidade e da sua população.

Ambos os museus trabalham a partir da conservação e produção de memória coletiva assente nas tradições locais e nos documentos da comunidade. No entanto, a forma como articulam essa memória com a identidade é distinta: o MMI parte da história, construindo-se como um memorial a um tempo passado, uma casa de lembranças; por sua vez o discurso do MTMG é fundamentalmente social — social no discurso do passado e social na relação que estabelece com a sua comunidade através dos serviços que lhe presta. A manutenção das memórias, tal como a produção de identidade dentro do museu, é atualmente associada a diferentes tipos de poder: no MMI temos um poder político local (a câmara municipal), enquanto no MTMG o poder assume uma forma social (as comunidades de memória). Isto revela na verdade uma inversão relativamente à altura da fundação destas instituições, uma vez que o MMI foi criado pelo povo (uma força social) e o MTMG pelo poder local (câmara municipal). As diferenças entre estes museus residem sobretudo na forma como reproduzem o passado e na relação que assumem com a sua comunidade.

As retóricas patrimoniais de ambos os museus são comemorativas: as celebrações e os rituais estão constantemente presentes na coleção e na programação, produzindo assim narrativas da memória que são ficcionadas no espaço do museu. Por outro lado estes museus têm em comum o tipo de memória idealizada que produzem sobre o “povo”, assente mais em estereótipos do que num retrato fiel da sua comunidade. E este é um sinal do papel essencial que o museu desempenha nas suas comunidades: independentemente das formas que o museu assume e na relação que mantém com a sua comunidade, ambos procuram uma autorrepresentação de si, da sua história, da sua existência, ainda que uns o produzam para dentro da sua comunidade e outros façam esse exercício de reinvenção para o exterior.

## CONCLUSÕES

Este estudo permitiu contextualizar conceptualmente memória, identidade e património, e localizar a sua presença nalguns dos seus discursos presentes nos dois museus apresentados. Procurámos compreender a produção desses discursos nestas instituições e aferir o seu contributo para a relação museu-comunidade.

O Homem teve sempre necessidade de colecionar objetos; já no paleolítico os homens primitivos reuniam artefactos. Se apenas produzíssemos objetos para a nossa sobrevivência não criaríamos mundo, na medida em que nada nos sucederia: não inseriríamos marcas no mundo, não criaríamos estabilidade, permanência, identidade. É através da nossa necessidade de deixar marcas, de criar uma memória que nos ultrapasse enquanto indivíduos, que atribuímos aos objetos valores para além do seu valor utilitário.

“Artefacts survive in ways unintended by makers and owners to become evidence on which other interpretations of the past can be reconstructed” (TOTA,



2003, 3, cit Radley). A história dos nossos artefactos e dos sentidos que lhe atribuímos é a forma através da qual construímos a nossa História enquanto Humanidade mas também a nossa identidade. Desde o instinto mais básico de reunir objetos utilitários à constituição de templos (com os seus artefactos religiosos), do colecionismo aos gabinetes de curiosidades, até finalmente às academias e aos museus, essa importância do objeto enquanto testemunho do Homem (e do mundo) está presente.

Enquanto descendente desse hábito secular de colecionar, o museu é o guardião de objetos, com a sua realidade material, espacial e logística, mas também do que de atemporal está subjacente na formulação que conduziu à sua recolha, armazenamento, salvaguarda, exibição: “um passado que se guarda para mostrar em todos os futuros que são também presentes” (BRITO, 2006, 151). Estes bens testemunham um tempo já passado: o museu é um reservatório do próprio tempo que tende a deslizar para fora do tempo pela excessiva valoração do tempo que guarda.

A visão do património, na qualidade de evocação e recriação do passado, está em constante mudança: o seu discurso é político, temporalmente e espacialmente localizado e depende das exigências da sociedade que o produz. No entanto houve um movimento ao longo dos séculos no sentido de mover o património da esfera privada para o espaço público. Este movimento esteve ligado à necessidade de produzir ou reforçar conceitos comuns como o de nação: foi assim que nasceram os museus nacionais. Mas atualmente na nossa sociedade a identidade deixou de ser produzida pelo Estado ou por uma força ideológica transversalmente reconhecida (como a religião), sendo antes (re)produzida de forma fragmentada e mais particular por várias entidades, algumas das quais culturais, apoiada sobretudo numa memória que se deseja comum, que é cultivada e produzida. Os discursos nacionalistas estão a ser complementados ou mesmo substituídos por discursos locais, étnicos ou outros não-territoriais, contribuindo para a diversificação das instituições que os veiculam.

Por sua vez, a crescente globalização atravessa todos os organismos e instituições sociais, alterando estruturas, acelerando processos, criando um impacto particular ao nível cultural uma vez que tende a dissolver as suas fronteiras; neste sentido o património torna-se plural, mas tornam-se também plurais as suas apropriações. Os museus e a cultura em geral deixam de ser um espaço exclusivo de comunicação unilateral para passarem a ser povoados diálogos multiculturais e por micronarrativas de poder que encerram em si um potencial de resistência contra um discurso hegemónico. No lugar da identidade unificada surgem múltiplas identidades por múltiplas serem as memórias coletivas que habitam as nossas comunidades. E numa sociedade cada vez mais desenraizada o papel destas instituições torna-se essencial para a conservação da memória coletiva, do sentido de ‘comum’ e, em última análise, da coesão social.

Contactar a autora: joanahmarques@gmail.com

Artigo submetido a 30 de Abril e aprovado a 15 de Maio de 2013

## REFERÊNCIAS

- ASHWORTH, G.J., Graham, B., Tunbridge, J. E. *Pluralising Pasts: Heritage, Identity and Place in Multicultural Societies*. London: Pluto Press, 2007
- ASSMAN, J. *Collective Memory and Cultural Identity*. Kultur und Gedachtnis. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1998.
- BRITO, J. P. *O Museu entre o que guarda e o que mostra*. Museus, Discursos e Representações. Porto: Afrontamento, 2006.
- CARNEIRO, A. *Património Reencontrado — centro histórico de Guimarães, património da Humanidade: a cidade enquanto memória, espaço de identidade e cidadania*. Braga: Universidade do Minho. Tese de Mestrado, 2004.
- CRUZ, R. D. *Experiencias de la Identidad*. Revista Internacional de Filosofía Política, 2. Faria, M. L. (2000). Etapas e limites da globalização da cultura constitucional: o caso dos museus. IV Congresso Português de Sociologia- Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos. APS Publicações, 1993.
- GEERTZ, C. *The Interpretation of Cultures*. New York: Basic Books, 1973
- GIDDENS, A. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2002.
- GRAHAM, B., Howard, P. *Heritage and Identity*. The Ashgate Research Companion to Heritage and Identity. London: Ashgate Press, 2008.
- HALBWACHS, M. *On Collective Memory*. Chicago: University Chicago Press, 1992.
- MACDONALD, S. *Museums, national, postnational and transcultural identities*. *Museum and Society* 1, 2003.
- MARQUES, J. *Discursos dos Museus: Uma Perspetiva Transdisciplinar*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Tese de Mestrado, 2012.
- RAMOS, E. *A memória, a história e as instituições da memória*. *Revista Humanidades*, 18, 2003.
- RODRIGUES, Donizete. *Património cultural, memória social e identidade: uma abordagem antropológica*. *UBImuseum — Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*, 01, 2012.
- SMITH, L. *Uses of Heritage*. London: Routledge, 2006.
- Tota, A. L. *Homeless Memories: how societies forget their past*. Obtido em 2010, de dioscope:
- [http://www.dicospe.com/public/homeless\\_memories\\_studies\\_communication\\_sciencesvol1\\_pp\\_193\\_214\\_2001.pdf](http://www.dicospe.com/public/homeless_memories_studies_communication_sciencesvol1_pp_193_214_2001.pdf).